

Expansão da União Européia: volta a um mundo bipolar?

Gustavo Barros de Carvalho

Quando surgiu, em meados da década de 50, o embrião da União Européia tinha como um de seus objetivos reduzir a insegurança no ambiente europeu. Passado o tempo, este objetivo foi alcançado e neste momento o bloco passa por um período de alargamento para vinte e cinco membros, tornando-se o maior bloco econômico do mundo. Mas será que a União Européia poderá se caracterizar como um contrapeso à atual hegemonia norte-americana?

Segundo Waltz, no contexto da distribuição de capacidades entre as unidades, aquelas mais capazes acabam por modelar o domínio político internacional. Uma mudança nessa distribuição acarretaria, conseqüentemente, uma mudança no sistema. Quanto menor for o número de grandes potências, e maior for a distância entre estas e os estados mais fracos, a tendência é que as primeiras busquem uma manutenção do sistema e participem no gerenciamento dos segundos. A União Européia busca neste alargamento, portanto, diminuir a distância com relação a grande potência atual (EUA) o que conseqüentemente geraria maior poder para ditar o gerenciamento do sistema.

A questão é que não existe um aumento efetivo de capacidade relativa da Europa frente aos Estados Unidos. O alargamento da União Européia para o leste, mais do que um aumento real de força, é um símbolo desta busca da União Européia em retomar seu papel como grande potência.

A questão que vem a tona, portanto, é saber se a União Européia, mesmo não tendo apresentado fortes ganhos de capacidade relativa com a expansão, terá unidade o suficiente para se apresentar como um contrapeso à hegemonia americana. Poderia se enquadrar a União Européia dentro do modelo da política burocrática de Graham T. Allison que afirma que o Estado não é composto por um grupo monolítico, por isso a barganha é um dos fatores que leva a decisão final. A União Européia seria composta, então, por diversos “jogadores” que chegariam a decisões não baseados em escolhas racionais, mas a partir de um jogo político, em que diversos grupos (ou países) dividem o poder. Muitas vezes a decisão conjunta é o resultado do triunfo de um grupo (ou país) sobre os outros.

Entretanto, em muitos casos o bloco não chega a uma decisão coletiva, fazendo que os atores ajam de maneira separada. Isso se torna bastante claro no que diz respeito aos assuntos de segurança em que, normalmente, não há uma união decisória. Um exemplo deste tipo de comportamento ocorreu na divergência entre Alemanha, França e Reino Unido quando os Estados Unidos ameaçou atacar o Iraque (e como efetivamente o fez).

Já em assuntos econômicos, o enquadramento da União Européia no modelo de Allison é claro. No caso da OMC o jogo político interno leva a uma decisão que será defendida a partir da representação das comunidades européias. Este processo decisório, tanto no caso econômico, quanto em outros tende a se complicar neste momento, já que o número de “jogadores” cresceu de forma considerável.

O que nos resta saber é qual das tendências irá prevalecer neste momento. As decisões européias prevalecerão como um jogo político de barganha em que no final se chega a uma decisão comum, ou prevalecerá uma divisão entre as decisões dos países?

A resposta não pode ser observada neste momento, mas dela depende a ação internacional da Europa como um “contrapeso” ao poderio americano. Caso não ocorra uma unidade decisória, como nos moldes do modelo de Allison, de nada servirá a expansão no que diz respeito a esse objetivo. Não obstante, a existência desta unidade na Europa não levará por si a este objetivo, mas criará condições importantes para isto.